

CONFLITOS E CONTRADIÇÕES ENTRE O ESTADO E PESCADORES ARTESANAIS EM BARRA DE GUARATIBA, RJ

CONFLICTS OF INTEREST BETWEEN THE STATE AND ARTISANAL FISHERMEN IN THE CARIOCA CONTEXT

CONFLICTOS DE INTERESES ENTRE EL ESTADO Y PESCADORES ARTESANALES EN EL CONTEXTO CARIOCA

Fabrizio da Costa Barros¹

Resumo

A relação entre o Estado e pescadores artesanais no Rio de Janeiro é permeada por uma série de conflitos de interesses, refletindo desafios significativos para as duas partes, mas que três perspectivas principais podem ser analisadas. A primeira perspectiva é a partir do Estado e como ele orienta o tratamento destinado aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) do país. A segunda perspectiva é a partir da percepção do estado do RJ legalizada a partir do plano de manejo da Reserva Biológica Estadual de Guaratiba (RBG). A terceira perspectiva é a partir da percepção dos próprios pescadores em relação às suas atividades. Desta forma, este artigo busca explorar as complexidades do relacionamento entre Estado e PCTs, bem como identificar elementos que não são consoantes com as demandas atuais no contexto de emergências ambientais, ou seja, identificar o que não está de acordo com o que se espera em um cenário de mudança nas relações com a natureza. Neste caso, a análise se volta especificamente às implicações para as comunidades pesqueiras no contexto de Barra de Guaratiba, na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Percebe-se uma contradição no diálogo entre as esferas do próprio Estado.

Palavras-chave: Conflitos territoriais; pescadores artesanais; Barra de Guaratiba.

Summary

The relationship between the State and artisanal fishermen in Rio de Janeiro is permeated by a series of conflicts of interest, reflecting significant challenges for both parties. However, three main perspectives can be analyzed. The first perspective is from the State and how it guides the treatment of Traditional Peoples and Communities (PCTs) in the country. The second perspective is based on the legalized perception of the state of Rio de Janeiro derived from the management plan of the State Biological Reserve of Guaratiba (RBG). The third perspective is from the fishermen's own perception of their activities. Thus, this article seeks to explore the complexities of the relationship between the State and PCTs, as well as to identify elements that are not in line with current demands in the context of environmental emergencies—meaning, to identify what does not align with expectations in a scenario of changing relationships with the environment. In this case, the analysis specifically focuses on the implications for fishing communities in the context of Barra de Guaratiba, in the western zone of the municipality of Rio de Janeiro. A contradiction in the dialogue between the spheres of the State itself is evident.

Keywords: Territorial conflicts; artisanal fishermen; Barra de Guaratiba.

Resumen

La relación entre el Estado y los pescadores artesanales en Río de Janeiro está impregnada de una serie de conflictos de intereses, reflejando desafíos significativos para ambas partes. Sin embargo, se pueden analizar tres perspectivas principales. La primera perspectiva proviene del Estado y cómo orienta el tratamiento destinado a los Pueblos y Comunidades Tradicionales (PCTs) del país. La segunda perspectiva surge de la percepción del estado de Río de Janeiro, legalizada a partir del plan de manejo de la Reserva Biológica Estatal de Guaratiba (RBG). La tercera perspectiva proviene de la percepción de los propios pescadores en relación con sus actividades. De esta manera, este artículo busca explorar las complejidades de la relación entre el Estado y los PCTs, así como identificar elementos que no están en consonancia con las demandas actuales en el contexto de emergencias ambientales, es decir, identificar lo que no se ajusta a lo esperado en un escenario de cambio en las relaciones con el medio ambiente. En este caso, el análisis se centra específicamente en las implicaciones para las comunidades pesqueras en el contexto de Barra de Guaratiba, en la zona oeste del municipio de Río de Janeiro. Se percibe una contradicción en el diálogo entre las esferas del propio Estado.

Palabras clave: Conflictos territoriales; pescadores artesanales; Barra de Guaratiba.

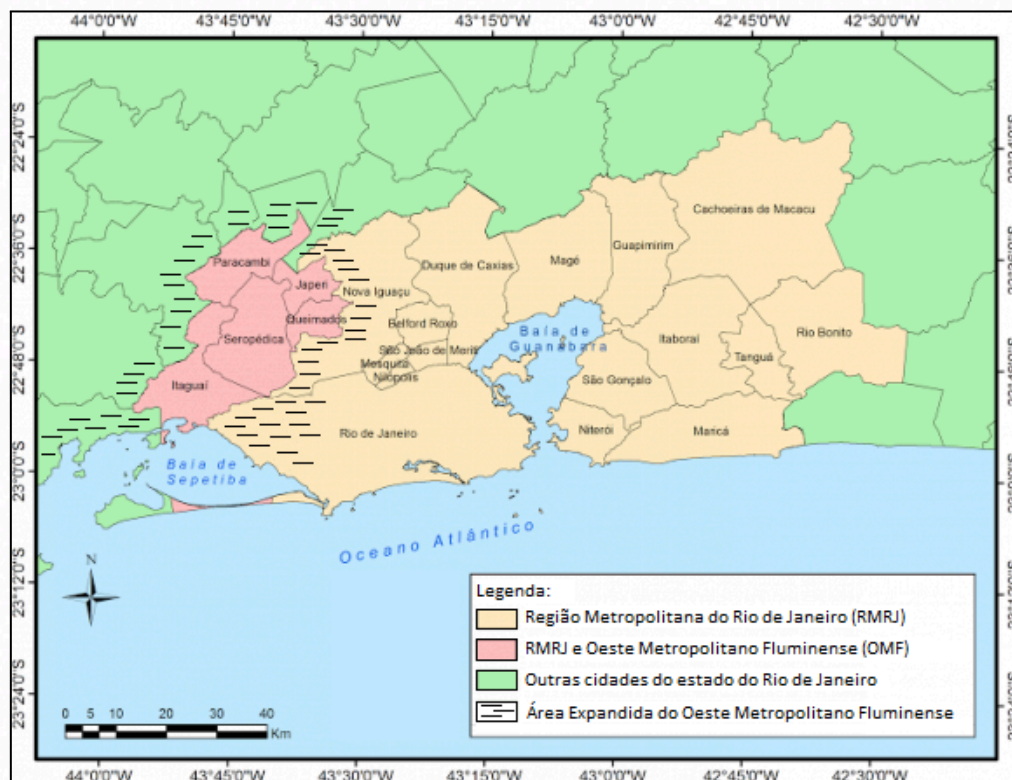
INTRODUÇÃO

A pesca artesanal desempenha um papel crucial na economia e na cultura do Rio de Janeiro, sustentando comunidades locais e fornecendo uma fonte essencial de alimentos para a população. No entanto, essa atividade enfrenta crescentes pressões devido ao desenvolvimento urbano, poluição e regulamentações governamentais.

No caso da Zona Oeste¹ do município do Rio de Janeiro, esta possui um extenso litoral banhado pela baía de Sepetiba, que tende a receber os impactos provenientes das atividades que se desenvolvem nas proximidades, além da degradação que ocorre diretamente na própria baía, decorrente, por exemplo, de embarcações de grande porte e atividades econômicas variadas.

A baía apresenta zonas estuarinas e de mangue, que constituem criadouros naturais para diversas espécies de animais, recebendo contribuição hídrica de diversas bacias hidrográficas formadas no seu entorno, no que é chamado de Oeste Metropolitano (Figura 01). Ao longo dessa extensão existem PCTs, com culturas e saberes que têm como base o equilíbrio entre suas demandas e a natureza.

¹ Habitualmente chamada de Zona Oeste, apesar de, geograficamente, a Zona Oeste também incluir as regiões da AP4, a denominação passou, pelo uso popular, a identificar somente a AP5 e alguns bairros da AP4, com características socioeconômicas parecidas a da AP5. Esta imprecisão na nomenclatura é resultado da estreita relação entre a localização espacial e nível social, uma característica da Cidade do Rio de Janeiro, onde descrições geográficas são generalizadas e confundidas com caracterização social (Fonte: PMRJ).

Figura 01: Mapa da Região Logístico-Industrial do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense

Fonte: Prof. Dr. Andrews José de Lucena e Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira [DGG/PPGGEO/UFRJ]. Novembro / 2015

[Adaptado]

Um exemplo ocorre na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba, inicialmente criada pelo Decreto Estadual nº 7.549, de 20 de novembro de 1974 como Reserva Biológica e Arqueológica Estadual de Guaratiba (RBAG), “onde há importantes áreas brejosas, ainda com remanescentes de fauna e flora características de áreas de manguezal” (BARROS, 2020). Sua última alteração mais recentemente foi com a Lei Estadual nº 5.842, de 3 de dezembro de 2010, sendo recategorizada como Reserva Biológica de Guaratiba (RBG)² e tendo sua área total ampliada. Pescadores artesanais que vivem na RBG ou acessam vêm tendo que adaptar suas atividades à presença de grandes traineiras, que contam, inclusive, com sonares para a detecção de cardumes.

Em termos populacionais, até meados do século XX, a Zona Oeste tinha pouca população. Durante os anos de 1970, 1980 e 1990 houve aumento populacional devido à especulação imobiliária e desenvolvimento de infraestrutura

² A Reserva Biológica Estadual de Guaratiba (RBG) foi criada pelo Decreto Estadual nº 7.549, de 20 de novembro de 1974, chamada, inicialmente, de Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. Em 1982, o Decreto Estadual nº 5.415, de 31 de março de 1982 altera o Decreto nº 7.549, reduzindo os limites da reserva tendo em vista a instalação do Centro Tecnológico do Exército (CTEx). O Decreto nº 32.365 de 2002 alterou o decreto de 1982, acrescentando à RBG os manguezais e terrenos de marinha situados entre os rios Piraquê e Piracão. A Lei Estadual nº 5.842, de 3 de dezembro de 2010, recategorizou esta unidade como Reserva Biológica Estadual de Guaratiba, com base na Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

urbana (FONSECA e FRANÇA, 2011; OLIVEIRA, 2014). Esse crescimento se intensificou a partir dos anos 2000, conectando a região de Guaratiba a outras áreas da cidade e reduzindo seu isolamento (MOREIRA et al, 2015 e MELLO, 2015).

A dinâmica de crescimento se manteve nas décadas 2000 e 2010, já havendo influência das políticas e projetos urbanos no contexto da "Era dos megaeventos esportivos"³ e tende a se manter, visto que a AP-5 é colocada no PDM como a área de expansão urbana. Entre os dez bairros mais populosos da cidade, sete estão localizados na Zona Oeste, sendo dois destes Guaratiba e Campo Grande (Tabela 01).

Tabela 01: População por bairros da Área de Estudo.

Bairro	População total (2000)	População total (2010)	Variação
Campo Grande	297.494	328.370	30.876
Guaratiba	87.312	110.049	22.737
Senador Camará	111.231	105.515	-5.716
Inhoaíba	59.536	64.649	5.113
Santíssimo	34.086	41.458	7.372
Senador Vasconcelos	27.285	30.600	3.315
Pedra de Guaratiba	9.693	9.488	-205

Fonte: IPP, adaptado pelo autor, 2020.

Nesse período, a administração municipal adotou uma abordagem empreendedora, concentrando esforços na modernização da cidade, especialmente nas áreas centrais, onde já existe infraestrutura para gerar receita por meio de serviços como hotéis e restaurantes, optando, desta forma, por modernizar essas áreas através do que foi chamado de espetacularização da cidade e o *city marketing* (HARVEY, 2006; HARVEY, 2007; GONÇALVES, 2013; MASCARENHAS, 2016).

Nesse contexto, os bairros da Zona Oeste têm sido alvo de investimentos que influenciam a ocupação humana, enquanto simultaneamente ocorrem remoções nas áreas centrais da cidade. A dinâmica desse processo envolve tanto a significativa remoção da classe trabalhadora quanto a implementação de mecanismos e condições legais, como a Operação Urbana Consorciada e as parcerias público-privadas (OUC e PPP). Esses dispositivos permitem que o capital privado organize o espaço urbano de maneira a favorecer a reprodução do capital, sem necessariamente atender necessidades primárias da população. (CARDOSO, 2013).

³ Período "que tem como marco inicial o ano de 2002, com a escolha da cidade como sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, e se estende até o último grande evento do período, os Jogos Olímpicos de 2016" (BARROS, 2020).

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza qualitativa e caráter exploratório, visando aprofundar a compreensão sobre fenômenos sociais e territoriais complexos, centrando-se na análise das relações de poder e nas disputas pelo uso do espaço em áreas de conservação ambiental.

Desta forma, utilizou-se uma abordagem integrando três etapas complementares: a análise de referências bibliográficas; o estudo de instrumentos legais pertinentes do âmbito federal e estadual; e a interação direta com moradores da comunidade de pescadores.

A análise bibliográfica buscou dar suporte para compreensão de aspectos já consolidados no âmbito das discussões relacionadas aos conflitos territoriais, crescimento urbano e pressão sobre recursos naturais.

Os principais instrumentos legais pertinentes ao tema em questão que foram analisados foram o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e o plano de manejo da RBG. Essa análise fornecerá uma compreensão profunda das análises que moldam o contexto da pesquisa.

Por fim, a pesquisa adotou uma abordagem participativa, de natureza qualitativa e exploratória, visando integrar as perspectivas e vivências da comunidade local ao referencial teórico. Essa etapa foi essencial para analisar o território de forma prática, observando como o espaço é apropriado funcional e simbolicamente por meio de relações de poder e territorialidades específicas. Para tanto, foram realizadas conversas com dois pescadores da comunidade de Itapuca, em Barra de Guaratiba, em dois momentos distintos: 30/10/2023 e 11/12/2023. O procedimento para a identificação do melhor dia de abordagem dos pescadores fundamentou-se em uma análise da dinâmica socioprofissional da comunidade de Itapuca.

A escolha estratégica recaiu sobre a segunda-feira por ser o dia da semana em que a maioria dos pescadores se encontra livre das atividades de pesca em mar ou comercialização do pescado, e geralmente estão dedicados à manutenção de seus apetrechos ou assuntos pessoais. Essa observação da rotina local foi essencial para garantir que os pesquisadores encontrassem os sujeitos disponíveis para o diálogo, permitindo a realização das conversas nos dias 30/10/2023 e 11/12/2023 de forma produtiva e integrada ao cotidiano territorial da comunidade.

O critério de seleção dos participantes foi intencional, fundamentado na idade, no tempo de exercício da pesca artesanal e no tempo de residência na localidade, buscando acessar saberes tradicionais e experiências consolidadas no território. Em conformidade com preceitos éticos de pesquisa, o anonimato dos colaboradores foi preservado, e suas

percepções foram incorporadas à análise de forma indireta, sem o uso de citações diretas, identificação nominal ou imagens que possam facilmente identificá-los.

Ao integrar essas três etapas, busca-se uma compreensão abrangente e contextualizada do tema, com uma perspectiva teórica, um embasamento legal e percepções valiosas da comunidade afetada.

DESENVOLVIMENTO

Um dos principais pontos de tensão reside na gestão dos recursos pesqueiros. As medidas adotadas pelo Estado muitas vezes buscam conciliar interesses econômicos e ambientais. Contudo, essa conciliação ocorre sempre em detrimento da natureza, expressando uma fragmentação de questões essenciais e refletindo ainda uma preponderância dos interesses econômicos (LEFF, 2009; WOOD, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2017), ou seja, o aspecto desenvolvimentista, que pressupõe consumo, sendo preferido em relação ao aspecto da preservacionista, pressuposto da sustentabilidade. Há negligência sobre as necessidades específicas dos pescadores artesanais. Restrições de áreas de pesca, cotas e regulamentações rígidas têm impacto direto nas práticas tradicionais, gerando resistência e descontentamento.

A busca por uma nova integração entre a sociedade e natureza enfrenta barreiras significativas em função das percepções conflitantes sobre o conceito de "natureza". De acordo com Acsehrad (2010), essas perspectivas divergentes se materializam em embates reais dependendo de como cada grupo social interpreta o ambiente. Enquanto para certas comunidades o território representa uma rede vital de conexões, para a lógica hegemônica ele é frequentemente reduzido a um recurso econômico e até mesmo um entrave ao progresso nessa perspectiva econômica. Assim, a questão ambiental revela-se como uma disputa profunda por valores e formas de ocupação do espaço.

Contextualizando essas diferentes perspectivas, Rougemont e Montenegro Gómez (2010) diferenciam que:

Enquanto os primeiros primam pela preservação dos recursos naturais através de uma profunda sinergia entre território e subsistência, permeados pelas suas identidades peculiares, o capital trata de invisibilizar estes grupos, esvaziando o território de suas significações (sociais, culturais, ancestrais...) e visando somente o lucro que dele pode se extrair, através da implantação de monoculturas, de megaprojetos de infra-estrutura ou exploração ilimitada dos recursos naturais.

A degradação ambiental é outra fonte de atrito. O Estado, muitas vezes, não consegue garantir a preservação dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a escassez de recursos pesqueiros. Além disso, a poluição dos cursos d'água afeta diretamente a saúde dos pescadores e a qualidade dos produtos pesqueiros, levantando questões de segurança alimentar. Entretanto, conforme Serres *apud* De Paula e Suertegaray (2018), esse processo é socialmente previsível, constituindo uma forma de forçar a resignação desses pescadores.

De acordo com De Paula (2023), outro aspecto a ser considerado é que a modernização das atividades pesqueiras, associada ao crescimento do turismo, aos conflitos fundiários e à especulação imobiliária, frequentemente contribui para a expropriação de áreas tradicionalmente utilizadas para a pesca, reforçando que:

[...] o turismo é a principal atividade econômica que promove a modernização e causa a expropriação dos territórios das comunidades. Essa atividade gera impactos ambientais, disputas territoriais e, principalmente, conflitos com a pesca artesanal. Já as questões fundiárias e a especulação imobiliária estão mais diretamente relacionadas aos conflitos por território (pág.250).

Todos esses pontos mencionados têm gerado pressões no sentido de alterar os territórios tradicionais e a "territorialidade", que vai além da simples demarcação geográfica, mas que com o avanço das tecnologias de comunicação e transporte, as fronteiras físicas se tornam menos rígidas, levando a uma reconfiguração das relações espaciais.

A falta de diálogo entre o Estado e os pescadores artesanais resulta em deslocamentos forçados, prejudicando não apenas os meios de subsistência, mas também a identidade cultural dessas comunidades. Isso desafia as noções tradicionais de território, que Haesbaert (2014) distingue, conceitualmente, em três categorias: o território como categoria de análise, como categoria prática e como categoria normativa. Como categoria de análise está vinculado aos intelectuais das mais diversas ciências e áreas de estudo. E como categoria normativa está vinculado aos interesses político-econômicos de empresas e Estado.

Dentro dessa dinâmica, também é fundamental compreender a ambivalência semântica do território que, para Haesbaert (2007, p.20) existe uma dualidade: ao mesmo tempo que remete à terra e à apropriação positiva por quem nela vive, também está etimologicamente ligado ao "terror" da dominação. Para grupos que enfrentam a expropriação, o território torna-se um espaço de exclusão e medo, controlado por mecanismos jurídico-políticos que os impedem de exercer suas práticas tradicionais.

Nosso foco central reside na categoria da prática, na qual o território se materializa de maneira funcional, especialmente por movimentos sociais e comunidades tradicionais que têm testemunhado modificações em suas territorialidades. A territorialidade, nesse contexto, evidencia a maneira pela qual distintos grupos sociais reivindicam e modelam o espaço, influenciando as identidades e as dinâmicas cotidianas.

A territorialidade engloba a apropriação, controle e produção do espaço por meio das complexas relações de poder. Isso pressupõe que o território não é uma entidade estática, mas sim uma construção dinâmica moldada por uma diversidade de influências, incluindo fatores políticos, econômicos, culturais e sociais. (HAESBAERT, 2014).

Cardoso (2005) fala sobre o Seminário da Pesca Artesanal, realizado em 1985 pela Confederação Nacional dos Pescadores, onde a dinâmica de territorialidade se tornou evidente, refletindo a complexidade das relações de poder. O

autor mostrou a desvalorização da participação efetiva dos pescadores no evento, revelando como o espaço foi controlado e moldado de acordo com a perspectiva predominante. A distribuição desigual do tempo de fala entre pescadores e especialistas científicos destacou a luta pela reivindicação do território simbólico, apontados a seguir:

Ainda que contando com a presença maciça de pescadores, a dinâmica do seminário previa exposições de 15 minutos sobre temas como: o Sistema de Representação Profissional de Pescadores, Legislação Pesqueira, Desenvolvimento Pesqueiro, Políticas Sociais e Previdência Social. Somente 3 minutos era reservado para a participação dos pescadores, causando uma certa decepção entre estes que mais do que ouvir, haviam se deslocado até Brasília para se fazerem ouvir (pág. 2 e 3).

Nesse contexto, o Seminário da Pesca Artesanal ilustra vividamente como a territorialidade não se limita apenas ao espaço físico, mas também se manifesta nos processos de comunicação e no compartilhamento de conhecimento. A imposição de uma estrutura que privilegiava certas vozes em detrimento de outras evidenciou a disputa pela definição e controle do espaço discursivo, influenciando as identidades e dinâmicas cotidianas dos participantes.

O caso sugere uma frustração entre os pescadores, indicando que a estrutura do seminário não proporcionou uma verdadeira oportunidade para que eles compartilhassem suas experiências e perspectivas de maneira adequada, visto que seriam, a princípio, os principais interessados no tema abordado no evento e, também, principais motivos para realização dele. Em outro momento histórico, ao analisar o Plano de Manejo RBG, observa-se uma crítica implícita e com pouca coerência às atividades realizadas tradicionalmente na área:

Grande parte da pesca é realizada na baía de Sepetiba e em mar aberto, fora da área da reserva. No entanto, existem pescadores e coletores de recursos do manguezal que há décadas realizam essa atividade nos rios e canais da RBG, o que representa um impacto potencial para as populações de espécies de peixes e caracteriza uma atividade conflitante para a unidade. Esse conflito é reforçado pelo que diz a Carta Náutica da região (1622), que sugere a proibição da pesca e da navegação nos canais do Pedrinho, do Pau Torto e do Bacalhau, além dos rios Piracão e Portinho, que estão dentre as áreas mais exploradas pelos pescadores artesanais e que compõe o território da RBG. Segundo o levantamento realizado nas oficinas de diagnóstico participativo, cerca de 300 famílias vivem da atividade pesqueira na unidade. No entanto, esse número é impreciso e precisa ser confirmado. (pág. 28).

O trecho é enfático ao evidenciar que, mesmo no caso de populações tradicionais, a permanência dessas comunidades na área da Unidade de Conservação (UC) é colocada em questão, o que pode resultar em incompatibilidades com os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), segundo a qual os PCTs são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

A dificuldade do Estado em validar a pluralidade cultural das comunidades tradicionais não é um erro pontual, mas uma característica de sua própria estrutura. Essa postura reflete uma lógica de colonização que fundamenta o Estado moderno, onde a multiplicidade de saberes é vista como um obstáculo à padronização necessária para o acúmulo de capital. Conforme analisa Haesbaert (2007), o aparato governamental muitas vezes opera de forma pouco democrática ao tentar reduzir identidades territoriais complexas a categorias administrativas simples, resultando no apagamento sistemático das diferenças culturais e das formas tradicionais de vida. E não há qualquer menção que justifique o cerceamento da manutenção da territorialidade desses pescadores, visto que seus territórios:

podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático e sobre os quais pescadores exercem algum tipo de domínio, ainda resta o desafio do reconhecimento destes pelas demais esferas sociais. É justamente na disputa por estes territórios, entre estruturas de produção na pesca de escalas diferenciadas, que se encontram graves conflitos no interior do setor pesqueiro (PNPCT, pág. 120).

A complexidade dos conflitos se intensifica quando o cerceamento às suas atividades é reforçado pela comunidade, extrapolando a teoria ou o que está apenas escrito nos instrumentos legais analisados. Em Conversa com dois pescadores que vivem na comunidade de Itapuça, ao serem perguntados sobre algo que poderia ser feito para gerar benefícios em suas rotinas no curto prazo, foi mencionada a construção de um rancho.

O rancho constitui um importante espaço nas comunidades de pescadores, atuando como ponto de articulação entre a terra e as águas nas quais desenvolvem suas atividades, de modo que o ambiente aquático também pode ser compreendido como território a partir das formas de apropriação e uso que nele se estabelecem, como no caso dos pescadores que guardam suas embarcações e apetrechos nos próprios barcos, amarrados aos troncos das espécies de mangue (Figura 02).

Figura 02: Barco de pesca atracado no mangue



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

De acordo com estes pescadores, o rancho teria um impacto direto em suas atividades, mais especificamente na preservação das embarcações, pois a exposição ao tempo e suas variações diárias, incluindo mudança de temperatura, altera a madeira, reduzindo o tempo de vida útil em até 50%, segundo informações do próprio pescador. Um local fechado para guardar as embarcações evitaria tais prejuízos. Mas ao serem questionados se pretendem construir esse local, afirmar que, apesar do interesse, não avançam com a ideia pois há “fiscais” que não permitem iniciem qualquer tipo de construção dentro dos limites da UC.

De acordo com esses pescadores, a existência de um rancho teria impacto direto sobre suas atividades, sobretudo na conservação das embarcações, uma vez que a exposição às condições climáticas e às suas variações diárias, incluindo as mudanças de temperatura, provoca alterações na madeira e pode reduzir em até 50% sua vida útil, segundo relato de um dos pescadores, de modo que a construção de um espaço fechado para o armazenamento das embarcações poderia evitar tais prejuízos. Contudo, quando questionados sobre a intenção de construir esse local, afirmaram que, embora tenham interesse, não avançam com a proposta em razão da presença de “fiscais” que, segundo seus relatos, não permitem o início de qualquer tipo de construção dentro dos limites da UC.

CONCLUSÃO

Os conflitos de interesses entre o Estado e os pescadores artesanais na realidade carioca são intrincados, refletindo desafios socioeconômicos, ambientais e políticos. Uma abordagem mais colaborativa e inclusiva, reconhecendo as necessidades específicas das comunidades pesqueiras é crucial para promover a sustentabilidade e preservar a rica tradição da pesca artesanal no Rio de Janeiro.

Apesar da Lei nº 9.985 de 2000 (SNUC) conferir um significado "legal" às populações tradicionais e comunidades agroextrativistas, representando algum avanço em termos de políticas públicas voltadas para PCTs, não garante transformações necessárias nem a aplicação de toda a teoria proposta.

No contexto do Plano de Manejo da RBG, há um conflito entre as atividades tradicionais dos pescadores e as restrições da UC. A imposição de proibições, mesmo em áreas historicamente exploradas pelos pescadores entra em conflito com a PNPCT.

A resolução desses conflitos exige um compromisso genuíno com a inclusão dos pescadores artesanais no processo decisório. A criação de comitês consultivos, nos quais representantes das comunidades pesqueiras possam contribuir para a formulação de políticas, é um passo fundamental. O incentivo à adoção de práticas sustentáveis, com a devida assistência técnica, também pode ser uma abordagem eficaz.

A construção de estruturas simples, como o rancho, é percebida como crucial para as atividades dos pescadores. No entanto, o impedimento por parte da comunidade, mesmo quando há interesse, evidencia a complexidade dos conflitos territoriais e a influência de atores locais na vida cotidiana das comunidades pesqueiras.

Desta forma, existe um cenário onde as comunidades de pescadores enfrentam desafios significativos, não apenas na defesa de seus territórios físicos, mas também na luta por reconhecimento, participação e preservação de suas práticas tradicionais em face de políticas de conservação e estruturas de poder que muitas vezes as excluem ou limitam. Tal cenário tende a permanecer enquanto a pressão e opressão sobre os pescadores forem legitimados em instrumentos normativos. Mas percebe-se que a contradição se encontra no diálogo entre esferas do próprio Estado, ficando os pescadores vulneráveis a esses desencontros, sejam eles propositais ou não.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento de justiça ambiental**. Estudos Avançados. v. 24, p. 103-120, 2010.

BRASIL. **Decreto no 6040 de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros**. Geosp, São Paulo, v. 14, p. 119-125, 2003.

_____. **Pescadores: Geografia e Movimento Social**. In: X Encontro de Geógrafos de América Latina, 2005, São Paulo. Anais, 2005. v. 1.

DE PAULA, Cristiano Quarema; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Modernização e Pesca Artesanal Brasileira: a expressão do 'mal limpo'**. Revista Terra Livre, v. 50, p. 97-130, 2018.

_____. **As faces da modernização e ausências de sujeitos e territórios da pesca artesanal na geografia brasileira**. In: De Paula, Cristiano Quaresma. Geografias da pesca artesanal brasileira / Cristiano Quaresma de Paula. 1. ed. Porto Alegre: Compasso Lugar Cultura, 2023.

Estado do Rio de Janeiro. **Plano de Manejo da Reserva Biológica Estadual de Guaratiba - RBG**. INEA, 2013.

FONSECA, Priscilla Rodrigues.; FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **O Crescimento Urbano e suas consequências na reconfiguração do bairro de Campo Grande**. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador (BA),v. 13, n. 24, p.24-34, 2011.

GONÇALVES, Rafael Soares. (2013). **O espetáculo da paisagem carioca: novas configurações urbanas e seus impactos**. In: GOMES, Maria de Fatima C. M.; MAIA, Rosemere Santos; CARDOSO, Isabel Cristina da C; FRANÇA, Bruno Alves de (Organizadores). Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1. Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2014.

HAESBART, Rogerio. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar, 2007.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

- _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 16ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007
- LEFF, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. Educação & Realidade, vol. 34, núm. 3, pp. 17-24, setembro-dezembro, 2009.
- MELLO, D. F. de. **Pedra de Guaratiba: um lugar onde o futuro não aconteceu**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MASCARENHAS, G. **A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n.1, p.52-68, 2016. ISSN 2179-0892.
- MOREIRA, M. V.; MENDONÇA, B. R. E.; TÂNGARI, V. R. **Reconhecimento e categorização tipológica dos sistemas de espaços livres privados: o estudo de caso de Guaratiba – RJ**. X COLÓQUIO QUAPA-SEL, 2015.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A emergência da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva**. Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, Ano IV, Número 7, Julho-Dezembro de 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1814>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.
- OLIVEIRA, Raquel de Lucena. **Centralidade na Periferia: a centralidade de Campo Grande na Zona Oeste da Metrópole Carioca**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) -Curso de Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- ROUGEMONT, Laura dos Santos; MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **O território entre os conflitos, as resistências e a autonomia: uma aproximação a partir dos Povos e Comunidades Tradicionais**. In: XVI ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre (RS). Anais do XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros - Porto Alegre, 2010.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo. 2011.